

26 JUN 1988

JORNAL DO BRASIL

PDT exigirá que Congresso vote revisão do Orçamento

O PDT vai entrar amanhã com um pedido de convocação extraordinária do Congresso para examinar a atitude do governo de enviar por decreto-lei, e não por projeto, a nova Lei de Orçamento. O deputado Cesar Maia compara a decisão do governo a um "golpe contra o congresso" e lembra que só países em guerra ou sem Parlamento aprovam orçamentos fora do Legislativo. "Nem a ditadura ousou fazer isto", diz Maia.

Ele rebate um a um os argumentos usados pelo governo para enviar a Lei de Excesso (novo orçamento) por decreto-lei. O temor de ficar sem dinheiro para pagar o funcionalismo, na opinião do deputado, não se justifica porque a legislação permite que o governo autorize gastos em até 25% do valor do Orçamento em casos como estes em que a previsão de inflação inicial do governo é superada pelos fatos.

Maia também discorda do argumento de demora na tramitação. "Os prazos são exíguos e foram estabelecidos na época do regime militar. Em 25 dias, o Orçamento tem que estar aprovado", diz. Ele acha engraçado o argumento de que o Congresso está em férias. "Se a Constituinte está funcionando, o Congresso pode ser convocado a qualquer momento. Então, por acaso, o constituinte Cesar Maia está trabalhando, e o deputado Cesar Maia está de férias?"

Sem precedentes — O que o PDT vai questionar é a decisão de usar o decreto-lei, que estaria ferindo todos os princípios da história do direito legislativo. "O Parlamento surgiu em torno das discussões sobre os gastos públicos de João Sem terra na Inglaterra", diz Cesar Maia, achando que "a lei do Orçamento é a lei em torno da qual se organiza o Parlamento".

Além desta questão de princípios, Cesar

Maia acha que há um agravante neste episódio. "80 governo alterou completamente a sistemática do orçamento e este assunto precisa ser discutido com a sociedade. Pelos dados de que dispõe, o deputado Cesar Maia já se postou contra esta mudança no critério de indexação do orçamento. Agora, cada um dos itens de despesas e receitas vão ser indexados por índices diferentes, que têm relação mais direta com sua evolução. "Como é possível indexar o serviço da dívida externa ao dólar, se ele aumenta ou diminui dependendo da variação das taxas de juros internacionais?" quer saber o deputado. Ele também acha que é impossível estabelecer um indexador prévio para as despesas da dívida interna se os juros não são pré-fixados. "Ao invés de combater a inflação, o governo adaptou o orçamento à inflação, ou seja, tirou o sofá da sala", compara o deputado.

BRASÍLIA — O Banco Central somente irá determinar a suspensão das contas bancárias das empresas estaduais paulistas em débito com o Banco do Brasil quando o governo de São Paulo iniciar o pagamento destas dívidas. A explicação foi dada ontem pelo porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Henrique de Almeida Santos, esclarecendo também que nos entendimentos entre o presidente José Sarney e o governador Orestes Quércia foi mantido o compromisso do governo de São Paulo de contribuir com o saneamento das finanças públicas. De acordo com o porta voz, o Banco Central irá liberar, por enquanto, os recursos do estado de São Paulo que estão depositados no Banco Central para pagamento no exterior dos débitos das empresas sem aval do Tesouro.